

Embargos

13 133
16
L



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento: Nº 0201605-3
Embargos de Declaração: Nº 0201605-3/01
Agravante/Embargante: Eletrolux do Brasil S/A
Agravado/Embargado: Bezerra e Santos Ltda
Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: DIREITO COMERCIAL E EMPRESARIAL. CONTRATO DE VENDOR. DECISÃO JUIZ A *QUO* DEFERE PROTESTO DA DUPLICATA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR DE PREVENÇÃO REJEITADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PREJUDICADO - MÉRITO - DUPLICATA TÍTULO EXECUTIVO HÁBIL NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 15 DA LEI Nº 5.474/68. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- 5712
R
1. Preliminar de Prevenção rejeitada, sendo, competente esta 3ª Turma para o julgamento do recurso de agravo de instrumento. Em face disto restou prejudicado os Embargos de Declaração Nº 0201605-3/01.
 2. No mérito decisão do Juiz *a quo* reformada, duplicata com executividade, duplicata sem aceite, acompanhada dos comprovantes de entrega das mercadorias e das respectivas notas fiscais, constitui documento hábil, portanto, exigível. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
 3. Agravo de Instrumento admitido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0201605-3, em que figuram como Agravante Eletrolux do Brasil S/A, e como Agravada Bezerra e Santos Ltda., **ACORDAM**, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "À unanimidade de votos deu-se provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráfica e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 17.05.10
f. *Eduardo Sertório*
EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

134
17
L
Dec. sent.
09/03

Agravo de Instrumento: Nº 0201605-3
Embargos de Declaração: Nº 0201605-3/01
Agravante/Embargante: Eletrolux do Brasil S/A
Agravado/Embargado: Bezerra e Santos Ltda
Relator: Des. Eduardo Sertório

I – RELATÓRIO

Cuido de recurso de Agravo de Instrumento interposto por Eletrolux do Brasil contra decisão do Juízo da 7ª Vara Cível, nos autos da ação ordinária de nulidade de negócio jurídico c/c danos morais nº 001.2009.134.581-3 a qual deferiu tutela antecipada para sustar os efeitos do protesto da duplicata nº 000004000466192.

BEZERRA e SANTOS LTDA, ora Agravada, Interpôs referida ação ordinária em face da ELETROLUX do BRASIL S/A, ora Agravante, pugnando pela tutela antecipada objetivando a sustação do protesto e consequente nulidade da duplicata nº 000004000466192.

O juízo a quo deferiu a tutela antecipada requerida na inicial, nos seguintes termos: (fls.327/329).

"Dado o exposto, descortina-se o porquê da concessão temperada da medida que se pleiteia.

Bem assim, a fim de bem contra-atacar os interesses da parte litigada, julgo proveitoso impor à autora o ônus de informar no caderno o montante que efetivamente entende devido, no prazo de (05) dias, prestando dele caução *in pecúnia*.

Em igual prazo deverá também ofertar caução real ou fidejussória, de terceiro cuja idoneidade será objeto de livre apreciação por parte deste Juízo, pelo *quantum* controverso da dívida.

Cumpridas essas deliberações, oficie-se ao cartório de protestos indicado na exordial para que sejam sustados os efeitos do apontamento da duplicata nº 000004000466192, citando-se e intimando-se então a parte contrária, com as advertências e cautelas legais."

Desta decisão insurge-se a Eletrolux alegando em Preliminar, a prevenção da 5ª Câmara Cível em face do julgamento do agravo de Instrumento nº 188096-4, Interposto pela Eletrolux, contra decisão proferida nos autos da ação ordinária de nulidade de negócio jurídico c/c danos morais nº 001.2009.103382-0, proposta na 12ª Vara Cível com o mesmo objeto e partes. No mérito, requer a suspensão dos efeitos da decisão recorrida, para

que seja autorizado o protesto da duplicata nº 000004000466192. Por fim, requer o conhecimento e o provimento do recurso (fls.02/27).

Proferi despacho reservando-me apreciar o pedido de liminar após as contrarrazões do agravado (fls. 375).

Eletrolux interpôs embargos de declaração Nº 0201605-3/01 alegando omissão em face de não ter me pronunciado no despacho de fls. 375, a respeito da preliminar de prevenção da Quinta Câmara, arguida no presente agravo de instrumento (fls.02/04 apenso aos autos de agravo de instrumento).

Bezerra e Santos Ltda. ofereceram contrarrazões requerendo o indeferimento do pedido de concessão de efeito suspensivo ativo e no mérito fosse negado provimento ao presente agravo de instrumento (fls.380/398).

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento: Nº 0201605-3
Embargos de Declaração: Nº 0201605-3/01
Agravante/Embargante: Eletrolux do Brasil S/A
Agravado/Embargado: Bezerra e Santos Ltda
Relator: Des. Eduardo Sertório

I – PRELIMINARMENTE – DA PREVENÇÃO

A Eletrolux, ora agravante, alega em preliminar a prevenção da Quinta Câmara Cível deste Tribunal, em face de decisão terminativa proferida no agravo de instrumento nº 0188096-4, contra liminar deferida na ação ordinária nº 001.2009.103382-0.

Verifico, ter Bezerra e Santos Ltda, ingressado com ação cautelar nº 001.2009.100403-0, na 7ª Vara Cível da Capital, doravante denominada primeira cautelar, movida contra a Eletrolux, da qual resultou o recurso de agravo de instrumento nº 0182610-0, doravante denominado primeiro agravo. Referida primeira ação cautelar foi extinta sem julgamento do mérito a pedido do autor Bezerra e Santos Ltda.

Porém, à época, ainda, estando em trâmite a primeira ação cautelar, pois sua extinção não tinha sido homologada por sentença, Bezerra e Santos Ltda. ingressou com a ação cautelar nº 001.2009.100785-3, doravante chamada segunda cautelar, na 12ª Vara Cível da Capital, contra a Eletrolux, com o mesmo objetivo, e dessa segunda ação cautelar resultou o segundo agravo nº 0188096-4, doravante chamado segundo agravo.

No julgamento do segundo agravo de instrumento, a Quinta Câmara Cível proferiu decisão terminativa, por entender existir litispendência de ações cautelares, declarando nula a decisão recorrida via agravo de instrumento, e extinguiu a segunda ação cautelar, e, por consequência prejudicado o segundo agravo, nos seguintes termos: (fls. 43/47 dos autos)

"Por todo o exposto, declaro nula a decisão ora recorrida e julgo extinta a ação originária em trâmite na 12ª Vara, condenando a agravante, além da litigância de má-fé, em custas e honorários advocatícios, estes calculados em 10% (dez por cento) do valor da causa."

Iressignado com esta decisão Bezerra e Santos Ltda., ingressou com Embargos de Declaração e posteriormente Recurso Extraordinário e Recurso Especial, dos quais apenas o Recurso Especial foi admitido e encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.

137

Posteriormente, Bezerra e Santos Ltda, ingressou com Ação Ordinária nº 001.2009.134581-3, na 12ª Vara Cível, com o mesmo objeto e contra a mesma parte, tendo o Juiz declinado de sua competência e enviado os autos ao Juízo da 7ª Vara Cível onde havia sido proposta a primeira ação cautelar nº 001.2009.100403-0, extinta sem julgamento do mérito.

Observa-se dos fatos acima narrados, não se encontrar, a Quinta Câmara Cível, preventiva para o julgamento do presente agravo de instrumento nº 0201605-3, oriundo da Ação Ordinária nº 001.2009.134581-3, em trâmite na 7ª Vara Cível.

Apesar da referida Quinta Câmara Cível ter se pronunciado no segundo agravo de instrumento nº 0188096-4, cujo processo originário é a segunda ação cautelar nº 001.2009.100785-3, na 12ª Vara Cível da Capital, não há prevenção, pois, a decisão acima transcrita foi no sentido de declarar nula a decisão recorrida e julgar extinta a referida segunda ação cautelar, restando o segundo agravo prejudicado.

Assim, a Quinta Câmara proferiu decisão terminativa no segundo agravo de instrumento, cujo processo originário é a segunda ação cautelar, extinguindo-a, e declarando nulo todos os atos dela decorrentes, encerrando, portanto, sua prestação jurisdicional.

E, ainda, dispõe o art. 67-B do Regimento Interno deste Tribunal:

"Art. 67-B- A distribuição de mandado de segurança, de habeas corpus, de reexame necessário, de medidas cautelares e de recurso pendente torna preventiva a competência do relator para todos os recursos e pedidos posteriores, tanto na ação quanto na execução referente ao mesmo processo; a distribuição do Inquérito, bem como a realizada para efeito de concessão de fiança ou decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a da ação penal, com a devida compensação em todos os casos." (Nosso Grifo)

No presente caso, trata-se de outro processo Ação Ordinária nº 001.2009.134581-3, em trâmite na 7ª Vara Cível, cuja decisão proferida pelo Juiz *a quo*, foi objeto do presente agravo de instrumento nº 0201605-3, portanto, esta Terceira Câmara Cível possui competência para julgá-lo.

Ante o exposto, rejeito a preliminar de prevenção da Quinta Câmara Cível e tenho como competente para julgar o presente agravo de instrumento.

Restando prejudicados os Embargos de Declaração Nº 0201605-3/01, cujo objeto era a apreciação da presente preliminar.

Recife,


EDUARDO SERTÓRIO
DESEMBARGADOR RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

138
19
2

Agravo de Instrumento: Nº 0201605-3
Embargos de Declaração: Nº 0201605-3/01
Agravante/Embargante: Eletrolux do Brasil S/A
Agravado/Embargado: Bezerra e Santos Ltda
Relator: Des. Eduardo Sertório

II – VOTO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Eletrolux contra decisão, proferida na Ação Ordinária nº 001.2009.134581-3, pelo Juiz da 7ª Vara Cível deferindo tutela antecipada para sustar os efeitos do protesto da duplicata nº 000004000466192, no valor de R\$ 322.698,34, vinculada a contrato de vendedor.

O cerne da lide consiste em saber se foi correta a sustação dos efeitos do protesto da duplicata nº 000004000466192.

Em que pesem as alegações da agravado, a decisão do Juiz *a quo* deverá ser reformada como será adiante demonstrado.

A dívida é oriunda de contrato de vendedor nº 38085. Por meio deste contrato, o vendedor de bens recebe do banco à vista pelas vendas que realizou a prazo. O financiamento é liberado através de um contrato limite, e a medida em que é feita uma concessão de crédito a um cliente pelo vendedor de bens, o banco executa o depósito do mesmo valor na conta corrente deste, assim que receber as informações da venda. A cobrança é feita pelo vendedor de bens ao comprador/colaborador, que liquida a operação de empréstimo junto ao Banco ou àquele. Nessa hipótese repassa os recursos recebidos à instituição financeira.

A Eletrolux, ora agravante, anexou às fls. 98/100 dos presentes autos, as notas fiscais/fatura nºs 48239801, 37456904 e 37460804, nos valores respectivamente de R\$ 74.122,20, R\$ 125.993,78 e R\$103.931,36.

Uma fatura poderá corresponder a diversas notas fiscais a proibição legal refere-se a várias faturas para uma única duplicata nos termos do §2º do art. 2º da Lei nº 5.474/68, ex vi:

"Art . 2º No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para

documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador.

§ 2º Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.” (Grifamos)

Destaco ser a duplicata sem aceite, devidamente protestada e acompanhada de prova da entrega de mercadoria título hábil para instruir à execução conforme inciso II do art. 15 da Lei nº 5.474/68:

“Art 15 - A cobrança judicial de duplicata ou triplicata será efetuada de conformidade com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais, de que cogita o Livro II do Código de Processo Civil ,quando se tratar: (Redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º.11.1977)

...

II - de duplicata ou triplicata não aceita, contanto que, cumulativamente: (Redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º.11.1977)

a) haja sido protestada; (Redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º.11.1977)

b) esteja acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria; e (Redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º.11.1977)

c) o sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos arts. 7º e 8º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º.11.1977)”

No caso dos autos, o agravante anexou aos autos as notas fiscais e o respectivo comprovante de entrega das mercadorias (às fls. 98/100).

A duplicata, embora não aceita, estando protestada e acompanhada de comprovante hábil do recebimento da mercadoria pelo sacado, alça-se à condição de título executivo.

Além do mais, ficou comprovado que foi efetivada a venda e a entrega das mercadorias descritas. Restou comprovada ainda, a inadimplência da recorrida, além de não ter ficado demonstrado o interesse em pagar por parte da mesma.

Portanto, a duplicata configura-se título hábil a produzir seus efeitos.

Neste mesmo sentido os julgados do STJ:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. ARTIGOS 6º, § 1º, 7º, 8º e 13, § 1º, da Lei 5.474/68 E 333, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REVELIA. EFEITOS OFENSA AO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INEXISTÊNCIA. **DUPLICATA SEM ACEITE. COMPROVAÇÃO DE**

140
20
2

ENTREGA DA MERCADORIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DOCUMENTO HÁBIL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

I - Não se detecta qualquer omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão Recorrido, uma vez que a lide foi dirimida com a devida e suficiente fundamentação, apenas não se adotou a tese da recorrente.

II - O conteúdo normativo dos artigos 6º, § 1º, 7º, 8º e 13, § 1º, da Lei 5.474/68 e 333, I, do Código de Processo Civil, não foi objeto de análise pela decisão impugnada, não tendo o Agravante suscitado nos Embargos de Declaração interpostos, não servindo os referidos dispositivos de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal local. Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento, nos termos das Súmulas 282 e 356/ STF.

III - A presunção de veracidade dos fatos alegados em razão da revelia não é absoluta. O julgador pode, na busca da verdade real, determinar a produção das provas que julgar necessárias à elucidação da causa.

IV - Embora não apresentando a contestação no prazo legal, poderia o recorrido intervir no feito, em qualquer fase, até a prolação da sentença, apenas recebendo-o no estado em que se encontrar. Desta forma, cabível a juntada dos documentos.

V - A convicção a que chegou o Acórdão recorrido decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do Especial à luz da Súmula 7 desta Corte.

VI - Esta Corte tem entendimento no sentido que a duplicata sem aceite, desde que acompanhadas dos comprovantes de entrega das mercadorias e das respectivas notas fiscais, constitui documento hábil, portanto, exigível. Precedentes.

VII - O agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

Agravo improvido.

Acórdão. Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS), Paulo Furtado (Desembargador convocado do TJ/BA), Nancy Andrichi e Massami Uyeda votaram com o Sr. Ministro Relator. (AgRg no Ag 1088359 / GO, rel. Ministro Sidnei Beneti, TERCEIRA TURMA, j. 28/04/2009, p. DJ 11/05/2009).

E, mais:

EXECUÇÃO. DUPLICATA. VIA ELEITA ADMISSÍVEL. CONSTITUI TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL, APTO A EMBASAR A EXECUÇÃO, A DUPLICATA SEM ACEITE, QUANDO CUMULATIVAMENTE HOUVER PROTESTO E DOCUMENTO HÁBIL COMPROBATORIO DA ENTREGA E RECEBIMENTO DA

142

MERCADORIA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. (REsp 48618/ES RECURSO ESPECIAL 1994/0015010-5, rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, j. 29/06/1994, p. DJ 05.09.1994 p. 23111).

E, ainda:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO - DUPLICATA NÃO ACEITA - TÍTULO EXECUTIVO - REQUISITOS EXISTENTES - LEI N. 6.458, ART. 15, II, A E B. I - CONSOANTE A DOCTRINA E JURISPRUDENCIA, CONSTITUI TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL, PARA INSTRUIR A EXECUÇÃO, A DUPLICATA SEM ACEITE, QUANDO, CUMULATIVAMENTE, HOUVER PROTESTO E DOCUMENTO HÁBIL COMPROBATORIO DA ENTREGA E RECEBIMENTO DA MERCADORIA. II - PRECEDENTES DO STJ. III - RECURSO NÃO CONHECIDO. (REsp 30700/TO RECURSO ESPECIAL 1992/0033128-9, rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, j. 02/03/1993, p. DJ 05.04.1993 p. 5838).

Assim, a duplicata nº 000004000466192, preenche os requisitos do inciso II do art. 15 da Lei nº 5.474/68, sendo título hábil a embasar a execução.


Apesar das notas fiscais nºs 48239801, 37456904 e 37460804, anexas às fls. 98/100, somarem o valor total de R\$ 304.047,34 e a duplicata nº 000004000466192, corresponder ao valor de R\$ 322.698,34, a diferença existente de R\$ 18.651,00 refere-se aos juros legais.

Assim, diante dos fundamentos acima aduzidos, dou provimento ao agravo de instrumento, reformando a decisão de fls. 327/329 do Juízo da 7ª Vara Cível.

Em relação aos embargos de declaração nº 0201605-3/01, Interposto pela Eletrolux, alegando omissão a respeito da preliminar arguida no presente agravo de instrumento, restou prejudicado em face do seu julgamento onde aprecio a referida preliminar.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao presente recurso de Agravo de Instrumento, para reformar a decisão do Juízo da 7ª Vara Cível a qual determinou a sustação do protesto da duplicata nº 000004000466192.

É como voto.

Recife, 27.04.16

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator